



Colégio de Procuradores de Justiça

**PAUTA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA DO
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

14/09/2015 – 14h

1. Apreciação de atas;
2. Autos CPJ nº. 015/2010 – Transferência da Promotoria de Justiça não instalada de Guaraí para a Comarca de Colinas do Tocantins (Dr. Guilherme Goseling Araújo – decisão do Procurador-Geral de Justiça);
3. Autos CPJ nº. 020/2014 – Terceirização de áreas específicas e de situações pontuais do Departamento de Tecnologia da Informação (Dr. Marco Antonio Alves Bezerra – decisão do Procurador-Geral de Justiça);
4. Autos CPJ nº. 021/2014 – Proposta de alteração do Regimento Interno do Ministério Público (Dr. Marco Antonio Alves Bezerra – Comissão de Revisão do Regimento Interno do MPE/TO);
5. Autos CPJ nº. 036/2014 – Requerimento de criação, em lei, de um cargo de direção, chefia ou assessoramento na estrutura de cada Centro de Apoio Operacional (Dr. Reinaldo Koch Filho – decisão do Procurador-Geral de Justiça);
6. Autos CPJ nº. 007/2015 – Requerimento de instalação da Promotoria de Justiça de São Sebastião (Dr. Paulo Sérgio Ferreira de Almeida – decisão do Procurador-Geral de Justiça);
7. Regulamentação da eleição de Ouvidor do Ministério Público;
8. Memo nº 073/2015-SAE – Remessa de decisão proferida no Procedimento Investigatório nº. 2014/3154 (Subprocurador-Geral de Justiça);

9. Ofício 11ª PJ nº 25/2015 – Encaminha ofício remetido ao Dr. André Ramos Varanda, 1º Promotor de Justiça da Capital, acerca de grave situação de desabastecimento de medicamentos em hospital público (Dr. Marco Antonio Alves Bezerra);

10. Minuta de Ato – Regulamenta o procedimento para efetivação do ingresso (admissão) e do desligamento (afastamento definitivo) de membros, servidores, estagiários, voluntários e terceirizados no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências (CPSI e NIS);

11. Minuta de Ato – Dispõe sobre a classificação e acesso de arquivos e documentos sigilosos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências (CPSI e NIS);

12. Minuta de Ato – Disciplina o controle de entrada e saída de pessoas nas dependências da Procuradoria Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça (CPSI e NIS);

13. Minuta de Guia de Procedimento de Solicitação de Barreiras Perimétricas (CPSI e NIS);

14. Minuta do Procedimento Operacional de Segurança Institucional para Acesso aos Membros, aos Prédios e Instalações da Procuradoria Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça (CPSI e NIS);

15. Minuta do Risco Operacional das Procuradorias e Promotorias de Justiça (CPSI e NIS);

16. Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's:

16.1 Ofício nº 070/2015/1ªPJG – Comunica a instauração de PIC (Dr.



Colégio de Procuradores de Justiça

Leonardo Valerio Pulis Ateniense);

16.2 Ofício nº 048/2015 – Comunica a conclusão de PIC (Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi);

16.3 Ofício nº 139/2015/SEC-1 – Comunica a instauração de PIC (Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior);

16.4 Memorandos nºs 013, 020 e 024/2015-3ªPJArn – Comunica a instauração de PIC's (Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira);

16.5 Ofícios nºs 449 e 471/2015-5ªPJPN – Comunica a conclusão de PIC's (Dr. Vinícius de Oliveira e Silva);

16.6 Ofício nº 489/2015-5ªPJPN – Comunica a instauração de PIC (Dr. Vinícius de Oliveira e Silva);

17. Outros assuntos.

Palmas, 4 de setembro de 2015.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CPJ/TO